Documento fechado para revisão, mas aberto para assinaturas até 08/jan, 12PM (UTC-3)
Abierto para firmas hasta las 12PM (UTC-3) del 08/ene
Open for signatures until Jan 8th, 12PM (UTC-3)

NOVAS ASSINATURAS DEVEM SER ADICIONADAS NO SEGUINTE LINK:
NUEVAS SUSCRIPCIONES DEBEN AÑADIRSE EN EL SIGUIENTE ENLACE:
NEW SUBSCRIPTIONS SHOULD BE ADDED AT THE FOLLOWING LINK:

https://direitosnarede.org.br/2025/01/08/contra-o-retrocesso-na-moderacao-de-conteudo-da-meta-e-os-ataques-a-regulacao-democratica-do-espaco-digital/

[PT] Contra o Retrocesso na Moderação de Conteúdo da Meta e os Ataques à Regulação Democrática do Espaço Digital

Nós, os signatários, manifestamos nosso mais veemente repúdio ao recente pronunciamento de Mark Zuckerberg, CEO da Meta, no qual ele anuncia medidas que representam um grave retrocesso na já problemática moderação de conteúdo nas plataformas Facebook, Instagram e Threads. Sob o pretexto de "restaurar a liberdade de expressão", as propostas delineadas não apenas colocam em risco grupos vulnerabilizados que usam esses serviços, mas também enfraquecem anos de esforços globais para promover um espaço digital um pouco mais seguro, inclusivo e democrático.

Zuckerberg propõe substituir checadores de fatos por um sistema de "notas comunitárias" (seguindo o modelo problemático do X) e pretende reduzir drasticamente filtros de moderação, priorizando apenas violações "graves" (sobre terrorismo, exploração sexual infantil, drogas e fraudes). Ou seja, a empresa sinaliza que não terá mais ações de moderação de conteúdos contra desinformação, discurso de ódio e outras políticas de proteção a favor das pessoas mais vulnerabilizadas. O CEO da Meta explicitamente admite aceitar os riscos de que essas novas políticas possam filtrar menos conteúdos nocivos do que as anteriores.

Atualmente, já é notável ao redor do mundo serem falhas as Políticas de Moderação de conteúdo das redes da Meta, dando margem à práticas de violência de gênero, afetando a proteção de crianças e adolescentes, crescimento de grupos que propagam discurso de ódio e desinformação, além de outras violações de direitos humanos. As novas medidas propostas pioram a situação ao **negligenciar os impactos reais dessas práticas de violência online,** além de abrir caminho para a proliferação de conteúdos prejudiciais que desestabilizam sociedades e minam processos democráticos.

Outra mudança anunciada foi a adoção de uma abordagem caracterizada como “mais personalizada” para conteúdos políticos, ampliando a recomendação dessas mensagens. Em que pese a ausência de clareza sobre a medida, ela sinaliza a ampliação das “bolhas”, em detrimento do debate democrático aberto sobre temas de relevância pública. Estudos já mostraram como efeitos bolha potencializam a construção e reprodução de visões baseadas em desinformação, discurso de ódio e conteúdo prejudicial que limitam o debate democrático e a construção de sociedades mais justas.

O discurso da Meta se alinha com uma retórica preocupante que **afronta iniciativas regulatórias legítimas e necessárias de governos e da sociedade civil em diversas partes do mundo, incluindo a América Latina**, generalizando essas ações como "censura" ou "ataques a empresas estadunidenses". Ao fazer isso, a Meta ataca de forma aberta os esforços soberanos e democráticos de nações em proteger suas populações contra os danos provocados pelas Big Techs. Com isso, prioriza, mais uma vez, os interesses estadunidenses e os lucros de sua corporação em detrimento da construção de ambientes digitais que prezam pela segurança de seus consumidores.

A proposta de "trabalhar com o presidente Trump para combater regulações ao redor do mundo" **explicita uma posição alinhada a interesses que beneficiam as plataformas digitais por serem contrárias ao progresso regulatório** que visa proteger direitos humanos fundamentais ao responsabilizá-las pelas externalidades negativas de seus modelos de negócios. Ou seja, ao contrário da proposta de “reduzir a tendência ao viés” (da moderação de conteúdo), essa política por si só é enviesada para uma ideologia contrária a direitos fundamentais. A Meta poderia promover a liberdade de expressão por meio de medidas de transparência e *accountability*, no entanto, opta por “simplificar” as medidas de moderação de conteúdo alinhado ao discurso propagado pelo recém-eleito governo de Trump.

O anúncio de Zuckerberg é emblemático de **um problema estrutural: a concentração de poder nas mãos de corporações que atuam como árbitros do espaço público digital,** enquanto ignoram as consequências de suas decisões para bilhões de usuários. Esse retrocesso não pode ser visto como um mero ajuste de políticas corporativas, mas como um ataque frontal desse monopólio de plataformas digitais às conquistas de uma internet mais segura e democrática.

Reafirmamos que a liberdade de expressão não pode ser usada como escudo para legitimar práticas que promovam violência, desigualdade e desinformação. O recente pronunciamento do CEO da Meta demonstra como a autorregulação das grandes plataformas digitais tem se mostrado insuficiente, sujeitando a adoção, atualização ou suspensão de qualquer política ao arbítrio unilateral das empresas. Cabe aos Estados e à sociedade civil fortalecer mecanismos regulatórios públicos e sociais que coloquem as pessoas e os direitos humanos acima dos lucros.

Exigimos que as plataformas lideradas por Mark Zuckerberg revejam essas medidas e assumam sua responsabilidade no combate ao discurso de ódio, à desinformação e à exploração online. Também conclamamos governos e organizações ao redor do mundo a intensificar os esforços para criar um arcabouço regulatório global que proteja os direitos digitais e garanta que o espaço digital seja um ambiente seguro, justo e democrático para todos.

Este é um momento crucial. O futuro do espaço digital depende de nossa capacidade coletiva de resistir a retrocessos e avançar em direção a uma governança digital centrada nas pessoas e no planeta.

SIGNATÁRIOS
Idec - Instituto de Defesa de Consumidores
Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
Laboratório de Políticas de Comunicação - UnB
DiraCom - Direito à Comunicação e Democracia
Coding Rights
TEDIC
Fundación Taiguey - República Dominicana

Laboratório de Políticas Públicas e Internet - LAPIN
Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé
Cooperativa Tierra Común - México
Rede Nacional de Combate à Desinformação - RNCD Brasil
Sleeping Giants Brasil
Instituto Telecom
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase
Fundación Internet Bolivia.org
Instituto Panamericano de Derecho y Tecnología - IPANDETEC
Hiperderecho
Fundación Huaira - Equador
FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
InfoCria
Laboratório de Cultura Digital - UFPR
Coletivo Soylocoporti
Instituto Brasileiro de Políticas Digitais - Mutirão
Movimento FeliciLab
Laboratório do Futuro - UFC
Fórum para Tecnologia Estratégica dos BRICS+
Teia de Criadores
Aqualtune Lab
Usuarios Digitales
Coletivo Digital
ANDA - Agência de Notícias de Direitos Animais
Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - Abraço Brasil
IBIDem - Instituto Beta para a Internet & a Democracia
AMC - Associação Mulheres na Comunicação
Iniciativa Educação Aberta - UnB
Compolítica - Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política
Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
CCDC - Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da Universidade Federal da Bahia
CEPAD - Centro de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso - UFBA
Instituto de Referência em Internet e Sociedade - IRIS
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESeC
Ciranda Comunicação / Associação Internacional de Comunicação Compartilhada (Compas)
Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial
The Tor Project
Digital Action
Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife - IP.rec
Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH Brasil
Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos - UFG
Código Não Binário - Nós mudamos o cis-tema
Núcleo Digital - Tecnologias Democráticas
Associação Cultural Alquimídia

Lavits - Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade
Núcleo de Pesquisa em Didática da História e Interculturalidade Crítica (NUPEDHIC) - Brasil
Jararaca: Laboratório de Tecnopolíticas Urbanas - PUCPR
OBSERVACOM (Observatorio Latinoamericano de Regulación, Medios y Convergencia)
Instituto Alana
Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação
Abong - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ADUR/RJ - Associação Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
data_labe
Fundación Karisma
Aláfia Lab
GEPEADS/UFRRJ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade
Open Knowledge Brasil
TechMOV (Coletivo de Tecnologia ligado ao Movimento Internacional de Juventudes)
ABJD - Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia
CUT - Central Única dos Trabalhadores
Repórteres Sem Fronteiras (RSF)

[ESP] Contra el Retroceso en la Moderación de Contenido de Meta y los Ataques a la Regulación Democrática del Espacio Digital

Nosotros, los abajo firmantes, manifestamos nuestro más enérgico rechazo al reciente pronunciamiento de Mark Zuckerberg, CEO de Meta, en el que anuncia medidas que representan un grave retroceso en la ya problemática moderación de contenido en las plataformas Facebook, Instagram y Threads. Bajo el pretexto de "restaurar la libertad de expresión", las propuestas delineadas no solo ponen en riesgo a grupos vulnerabilizados que utilizan estos servicios, sino que también debilitan años de esfuerzos globales por promover un espacio digital más seguro, inclusivo y democrático.

Zuckerberg propone reemplazar a los verificadores de hechos/datos por un sistema de "notas comunitarias" (siguiendo el problemático modelo de X) y pretende reducir drásticamente los filtros de moderación, priorizando únicamente violaciones "graves" (como terrorismo, explotación sexual infantil, drogas y fraudes). Es decir, la empresa señala que ya no tomará medidas de moderación de contenidos contra la desinformación, el discurso de odio y otras políticas de protección en favor de las personas más vulnerables. El CEO de Meta admite explícitamente aceptar los riesgos de que estas nuevas políticas puedan filtrar menos contenido nocivo que las anteriores.

Actualmente, ya es evidente en todo el mundo que las Políticas de Moderación de Contenido de las redes de Meta son deficientes, lo que permite prácticas de violencia de género, afecta la protección de niños, niñas y adolescentes, fomenta el crecimiento de grupos que propagan discurso de odio y desinformación, además de otras violaciones de derechos humanos. Las nuevas medidas propuestas **empeoran la situación al ignorar los impactos reales de estas prácticas de violencia en línea**, además de abrir camino para la proliferación de contenidos perjudiciales que desestabilizan sociedades y socavan procesos democráticos.

Otra medida anunciada fue la adopción de un enfoque caracterizado como “más personalizado” para contenidos políticos, ampliando la recomendación de estos mensajes. A pesar de la falta de claridad sobre la medida, ésta señala la ampliación de las “burbujas” en detrimento del debate democrático abierto sobre temas de relevancia pública. Estudios ya han demostrado cómo los efectos de las burbujas potencian la construcción y reproducción de visiones basadas en desinformación, discurso de odio y contenido dañino que limitan el debate democrático y la construcción de sociedades más justas.

El discurso de Meta se alinea con una retórica preocupante que **desafía iniciativas regulatorias legítimas y necesarias de gobiernos y de la sociedad civil en diversas partes del mundo, incluida América Latina**, generalizando estas acciones como "censura" o "ataques a empresas estadounidenses". Al hacerlo, Meta ataca abiertamente los esfuerzos soberanos y democráticos de los países por proteger a sus poblaciones contra los daños provocados por las Big Tech, y prioriza, una vez más, los intereses estadounidenses y las ganancias de su corporación en detrimento de la construcción de entornos digitales que valoren la seguridad de sus consumidores.

La propuesta de "trabajar con el presidente Trump para combatir regulaciones en todo el mundo" **hace explícita una postura alineada con intereses que benefician a las plataformas digitales y se opone al progreso regulatorio que busca proteger los derechos humanos fundamentales** al responsabilizarlas por las externalidades negativas de sus modelos de negocio. Es decir, contrariamente a la propuesta de “reducir la tendencia al sesgo” (en la moderación de contenido), esta política en sí misma está sesgada hacia una ideología contraria a los derechos fundamentales. Meta podría promover la libertad de expresión mediante medidas de transparencia y rendición de cuentas; sin embargo, opta por "simplificar" las medidas de moderación de contenido alineándose con el discurso propagado por el recién electo gobierno de Trump.

El anuncio de Zuckerberg es emblemático de un **problema estructural: la concentración de poder en manos de corporaciones que actúan como árbitros del espacio público digital,** mientras ignoran las consecuencias de sus decisiones para miles de millones de usuarios. Este retroceso no puede ser visto como un mero ajuste de políticas corporativas, sino como un ataque frontal de este monopolio de plataformas digitales a los logros de una internet más segura y democrática.

Reafirmamos que la libertad de expresión no puede ser utilizada como un escudo para legitimar prácticas que promuevan violencia, desigualdad y desinformación. El reciente pronunciamiento del CEO de Meta demuestra cómo la autorregulación de las grandes plataformas digitales se ha mostrado insuficiente, al someter la adopción, actualización o suspensión de cualquier política al arbitrio unilateral de las empresas. Corresponde a los Estados y a la sociedad civil fortalecer mecanismos regulatorios públicos y sociales que coloquen a las personas y los derechos humanos por encima de las ganancias.

Exigimos que las plataformas lideradas por Mark Zuckerberg revisen estas medidas y asuman su responsabilidad en la lucha contra el discurso de odio, la desinformación y la violencia en línea. También instamos a los gobiernos y organizaciones de todo el mundo a intensificar los esfuerzos para crear un marco regulatorio global que proteja los derechos digitales y garantice que el espacio digital sea un entorno seguro, justo y democrático para todos.

Este es un momento crucial. El futuro del espacio digital depende de nuestra capacidad colectiva para resistir retrocesos y avanzar hacia una gobernanza digital centrada en las personas y el planeta.

FIRMAN
Idec - Instituto de Defesa de Consumidores
Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
Laboratório de Políticas de Comunicação - UnB
DiraCom - Direito à Comunicação e Democracia
Coding Rights
TEDIC

Fundación Taiguey - República Dominicana
Laboratório de Políticas Públicas e Internet - LAPIN
Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé
Cooperativa Tierra Común - México
Rede Nacional de Combate à Desinformação - RNCD Brasil
Sleeping Giants Brasil
Instituto Telecom
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase
Fundación Internet Bolivia.org
Instituto Panamericano de Derecho y Tecnología - IPANDETEC
Hiperderecho
Fundación Huaira - Equador
FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
InfoCria
Laboratório de Cultura Digital - UFPR
Coletivo Soylocoporti
Instituto Brasileiro de Políticas Digitais - Mutirão
Movimento FeliciLab
Laboratório do Futuro - UFC
Fórum para Tecnologia Estratégica dos BRICS+
Teia de Criadores
Aqualtune Lab
Usuarios Digitales
Coletivo Digital
ANDA - Agência de Notícias de Direitos Animais
Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - Abraço Brasil
IBIDem - Instituto Beta para a Internet & a Democracia
AMC - Associação Mulheres na Comunicação
Iniciativa Educação Aberta - UnB
Compolítica - Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política
Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
CCDC - Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da Universidade Federal da Bahia
CEPAD - Centro de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso - UFBA
Instituto de Referência em Internet e Sociedade - IRIS
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESeC
Ciranda Comunicação / Associação Internacional de Comunicação Compartilhada (Compas)
Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial
The Tor Project
Digital Action
Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife - IP.rec
Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH Brasil
Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos - UFG
Código Não Binário - Nós mudamos o cis-tema
Núcleo Digital - Tecnologias Democráticas

Associação Cultural Alquimídia
Lavits - Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade
Núcleo de Pesquisa em Didática da História e Interculturalidade Crítica (NUPEDHIC) - Brasil
Jararaca: Laboratório de Tecnopolíticas Urbanas - PUCPR
OBSERVACOM (Observatorio Latinoamericano de Regulación, Medios y Convergencia)
Instituto Alana
Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação
Abong - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ADUR/RJ - Associação Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
data_labe
Fundación Karisma
Aláfia Lab
GEPEADS/UFRRJ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade
Open Knowledge Brasil
TechMOV (Coletivo de Tecnologia ligado ao Movimento Internacional de Juventudes)
ABJD - Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia
CUT - Central Única dos Trabalhadores
Repórteres Sem Fronteiras (RSF)

[EN] Against the Regression in Meta's Content Moderation and the Attacks on Democratic Regulation of the Digital Space

We, the undersigned, express our strongest condemnation of the recent statement by Mark Zuckerberg, CEO of Meta, announcing measures that represent a severe setback in the already problematic content moderation on Facebook, Instagram, and Threads platforms. Under the pretext of "restoring freedom of expression," the outlined proposals not only jeopardize vulnerable groups relying on these services but also undermine years of global efforts to promote a safer, more inclusive, and democratic digital space.

Zuckerberg proposes replacing fact-checkers with a "community notes" system (following the problematic model of X) and plans to drastically reduce moderation filters, prioritizing only "severe" violations (related to terrorism, child sexual exploitation, drugs, and fraud). In other words, the company signals it will no longer moderate content against misinformation, hate speech, and other protective policies for the most vulnerable individuals. The Meta CEO explicitly admits to accepting the risks that these new policies may filter out fewer harmful pieces of content than the previous ones.

Currently, Meta's content moderation policies are already notably failing worldwide, allowing for gender-based violence, inadequate protection of children and adolescents, the growth of hate speech and misinformation groups, and other human rights violations. The proposed new measures worsen the situation by **neglecting the real impacts of such online violent practices** and paving the way for the proliferation of harmful content that destabilizes societies and undermines democratic processes.

Another announced change is the adoption of a so-called "more personalized" approach to political content, expanding the recommendation of such messages. Despite the lack of clarity on the measure, it suggests the expansion of "bubbles" at the expense of open democratic debates on issues of public importance. Studies have already shown how bubble effects enhance the construction and reproduction of views based on misinformation, hate speech, and harmful content, limiting democratic debate and the creation of fairer societies.

Meta's discourse aligns with troubling rhetoric that **challenges legitimate and necessary regulatory initiatives by governments and civil society worldwide, including in Latin America,** by generalizing these actions as "censorship" or "attacks on U.S. companies." In doing so, Meta openly attacks the sovereign and democratic efforts of nations to protect their populations from the harms caused by Big Tech. Once again, it prioritizes U.S. interests and corporate profits over the construction of digital environments that prioritize consumer safety.

The proposal to "work with President Trump to push back on governments around the world" explicitly aligns with interests that benefit digital platforms by opposing regulatory progress aimed at protecting fundamental human rights by holding them accountable for the negative externalities of their business models. In other words, contrary to the proposal to "reduce bias tendencies" (in content moderation), this policy itself is biased towards an ideology that undermines fundamental rights. Meta could promote freedom of expression through measures

of transparency and accountability; however, it chooses to “simplify” content moderation measures aligned with the rhetoric propagated by Trump’s newly elected administration.

Zuckerberg's announcement is emblematic of a **structural problem: the concentration of power in the hands of corporations, which act as arbiters of the digital public space** while ignoring the consequences of their decisions for billions of users. This regression cannot be seen as a mere adjustment of corporate policies but as a frontal attack by this digital platform monopoly on the achievements of a safer and more democratic internet.

We reaffirm that freedom of expression cannot be used as a shield to legitimize practices that promote violence, inequality, and misinformation. The recent statement by Meta’s CEO demonstrates how the self-regulation of large digital platforms has proven insufficient, subjecting the adoption, updating, or suspension of any policy to the unilateral will of corporations. It is up to states and civil society to strengthen public and social regulatory mechanisms that put people and human rights above profits.

We demand that the platforms led by Mark Zuckerberg review these measures and assume their responsibility in combating hate speech, misinformation, and online exploitation. We also call on governments and organizations worldwide to intensify efforts to create a global regulatory framework that protects digital rights and ensures that the digital space is a safe, fair, and democratic environment for all.

This is a critical moment. The future of the digital space depends on our collective ability to resist setbacks and advance toward digital governance centered on people and the planet.

SIGNATORIES

Idec - Instituto de Defesa de Consumidores
Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
Laboratório de Políticas de Comunicação - UnB
DiraCom - Direito à Comunicação e Democracia
Coding Rights
TEDIC
Fundación Taiguey - República Dominicana
Laboratório de Políticas Públicas e Internet - LAPIN
Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé
Cooperativa Tierra Común - México
Rede Nacional de Combate à Desinformação - RNCD Brasil
Sleeping Giants Brasil
Instituto Telecom
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase
Fundación Internet Bolivia.org
Instituto Panamericano de Derecho y Tecnología - IPANDETEC

Hiperderecho
Fundación Huaira - Equador
FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
InfoCria
Laboratório de Cultura Digital - UFPR
Coletivo Soylocoporti
Instituto Brasileiro de Políticas Digitais - Mutirão
Movimento FeliciLab
Laboratório do Futuro - UFC
Fórum para Tecnologia Estratégica dos BRICS+
Teia de Criadores
Aqualtune Lab
Usuarios Digitales
Coletivo Digital
ANDA - Agência de Notícias de Direitos Animais
Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - Abraço Brasil
IBIDem - Instituto Beta para a Internet & a Democracia
AMC - Associação Mulheres na Comunicação
Iniciativa Educação Aberta - UnB
Compolítica - Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política
Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
CCDC - Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da Universidade Federal da Bahia
CEPAD - Centro de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso - UFBA
Instituto de Referência em Internet e Sociedade - IRIS
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESeC
Ciranda Comunicação / Associação Internacional de Comunicação Compartilhada (Compas)
Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial
The Tor Project
Digital Action
Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife - IP.rec
Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH Brasil
Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos - UFG
Código Não Binário - Nós mudamos o cis-tema
Núcleo Digital - Tecnologias Democráticas
Associação Cultural Alquimídia
Lavits - Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade
Núcleo de Pesquisa em Didática da História e Interculturalidade Crítica (NUPEDHIC) - Brasil
Jararaca: Laboratório de Tecnopolíticas Urbanas - PUCPR
OBSERVACOM (Observatorio Latinoamericano de Regulación, Medios y Convergencia)
Instituto Alana
Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação
Abong - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ADUR/RJ - Associação Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
data_labe

Fundación Karisma
Aláfia Lab
GEPEADS/UFRRJ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade
Open Knowledge Brasil
TechMOV (Coletivo de Tecnologia ligado ao Movimento Internacional de Juventudes)
ABJD - Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia
CUT - Central Única dos Trabalhadores
Repórteres Sem Fronteiras (RSF)